

Comunidade de Cajueiro apresenta relatos em 51ª Reunião Ordinária do CNDH

Representantes de Cajueiro, em São Luís do Maranhão, apresentaram hoje (11) relatos sobre as violações e pressões sofridas pela comunidade, com entrega de carta durante a 51ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.

O pescador e morador Davi de Jesus, a representante do **Movimento** Interestadual das **Quebradeiras de Coco** Babaçu (MIQCB), Ariana Silva, os representantes da Comissão Pastoral da Terra, o advogado Rafael Silva e Robson Costa, descreveram as dificuldades vividas para manutenção da posse do território pelos moradores da comunidade tradicional, já que a área é alvo de expansão industrial da capital maranhense.

“São pessoas que têm vínculo de pertencimento do local, como pescadores, pequenos agricultores e quebradeiras de coco, que sofrem de cooptação, utilização de milícias privadas, em um processo violento de silenciamento”, relatou o advogado da Comissão Pastoral da Terra. Rafael Silva trouxe ainda a informações de monitoramento velado, por parte da polícia, de reuniões de movimentos sociais favoráveis à Comunidade de Cajueiro.

O morador Davi de Jesus relatou os maus-tratos sofridos durante a presença da polícia na sua comunidade e durante a ocupação na Secretaria Estadual de Direitos Humanos. “A nossa comunidade é pacífica, mas hoje está em cenário de guerra devido à presença de uma empresa que pretendia construir um porto privado, sem diálogo com a comunidade. Como pescador profissional, preciso do mar para trabalhar. Estou falando por todos da nossa comunidade porque todos vivem desta forma. Não tivemos e não temos estudo para trabalhar nesse porto. Os nossos direitos não são revelados para a gente. Por isso resolvemos vir até aqui para encontrar uma solução”, afirmou.

“Por menor que seja a comunidade, ela precisa ser respeitada. Ela precisa ser ouvida. São centenas de pescadores da comunidade vizinha que usa aquele território para pescar. É tudo o que as pessoas aprenderam a fazer na vida. Isso faz parte de um modo de vida de um povo e precisa ser respeitado. Não é com compensações, indenizações, deslocamentos, atropelando a vida das pessoas e seus modos de vida”, pontuou Ronilson Costa

#DireitosHumanos #ParticipaçãoSocial

Assessoria de Comunicação do CNDH

+55 61 2027-3348 / cndh@mdh.gov.br

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

Twitter: <https://twitter.com/conselhodh>